

ENTREVISTA

Antônio Carlos Magalhães

'Numa eleição hoje, FH seria imbatível'

ACM afirma que o fato de ele ser aliado do presidente não significa que Senado será órgão dependente do Poder Executivo

Antônio Carlos Magalhães embarcou ontem à tarde para Salvador levando na bagagem o mais novo título de uma vida pública de 40 anos: o de presidente do Senado. Como aliado do Governo, deixa uma advertência: a aliança com o PFL é fundamental para a reeleição do presidente Fernan-

do Henrique. Ele foi recebido na Bahia em festa pelos conterrâneos. Mais de três mil pessoas foram ao aeroporto, numa festa que teve trios elétricos, carnaval e discursos. — Cheguei à minha terra num posto a mais para servi-la, mais baiano do que nunca — disse Antônio Carlos.

Ele rechaça a pecha de truculento, alegando ter um estilo aprovado pelo povo baiano, que o mantém há décadas na vida pública. Antônio Carlos, segundo ele diz, respira a Bahia. Conta que já acorda cantarolando sua música preferida: "Oração de Mãe Menininha", do amigo Caymmi.

Jorge Bastos Moreno

BRASÍLIA

O GLOBO: É possível conciliar a posição de aliado do presidente Fernando Henrique Cardoso com a independência do Senado?

ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES: Não há problema algum. O presidente Fernando Henrique sabe — porque foi senador — que o Congresso é independente, é um Poder da República. Todos aqui foram eleitos, assim como o presidente, que passou por uma eleição consagrada em 1994. Ele sabe que o Legislativo não pode abdicar do seu papel, do seu direito de legislar e fiscalizar.

• Se o senhor for contra algum projeto, essa posição pode influenciar o encaminhamento da proposta do Governo. Sendo contra, o senhor vai atrapalhar o encaminhamento?

ACM: Não. Acho que as coisas têm que ser decididas sem pressão. Nem o Governo pode pressionar, porque os senadores não devem aceitar pressões, nem o Senado pode deixar de atender aos reclamos, aos anseios de um mundo moderno e, assim, da própria população que quer reformas. Agora, tudo isso na política tem um trâmite que passa pelo diálogo. O diálogo se faz na tribuna no Congresso ou numa conversa com as autoridades. Esse é um ponto sobre o qual há certo acanhamento, às vezes do próprio presidente, de tratar com o Senado, como há também um certo receio do Senado de tratar com o presidente aquilo que acha que deve ser tratado.

• Como crítico das medidas provisórias, o senhor já tem alguma proposta para resolver esse problema?

ACM: Tenho. Acho que o tempo de duração da medida provisória de 30 dias é um convite à reedição. Então, deve-se pensar em 60 ou 90 dias e obrigar o Congresso, nesse intervalo, a votar a medida provisória. E que não haja demérito se ele a recusar.

• O senhor é a favor da reeleição para todos ou defende a possibilidade apenas para o presidente da República?

ACM: Sou favorável à reeleição em todos os níveis, com um pouco de receio no que diz respeito a determinados municípios com um número mínimo de eleitores, digamos um número em torno de cem mil, 50 mil eleitores.

• Quer dizer que o senhor acha que o Senado pode alterar o projeto aprovado pela Câmara para aperfeiçoá-lo?

ACM: Não sei. Essa será uma decisão do Senado. E não quero, evidentemente, como presidente eleito, estar dando a minha opinião para que não se pense que é uma opinião do próprio Senado. O Senado tem o direito de fazer as modificações que quiser, mas nem sempre as modificações são úteis em determinado momento. Isso é o Senado que vai julgar.

• Ainda em relação à reeleição, o senhor acha que a chapa deve mudar ou deve continuar com a dobradinha FH-Marco Maciel?

ACM: Se está dando certo o entendimento do presidente Fernando Henrique Cardoso com o vice Marco Maciel, que é um homem trabalhador, discreto e eficiente, acho que não há razão para mudar, sobretudo porque o PFL tem sido um parceiro muito confiável do presidente.

• Quais as reformas políticas que devem ser prioritárias para entrar em vigor ainda na eleição de 1998?

ACM: A fidelidade partidária deve ser feita de modo que garanta a autonomia do representante político. Afinal, não pode haver ditadura partidária. Os partidos têm que entender que há uma margem de abertura para a cons-



ANTÔNIO CARLOS, em seu gabinete no Senado: "Acho que o tempo de duração da MP de 30 dias é um convite à reedição. Deve-se pensar em 60 ou 90 dias e obrigar o Congresso a votar a MP"

ciência do cidadão. E essa não pode ser uma camisa-de-força para cada político seguir a linha partidária. Agora, aqueles princípios básicos dos partidos têm que ser seguidos por todos os companheiros. Sem partidos políticos fortes não há democracia organizada.

• O senhor não acha que, com a perspectiva de Fernando Henrique ficar mais seis anos, o PSDB pode sofrer um inchaço e com isso assumir uma supremacia em relação à aliança ou até desprezar os partidos dessa aliança?

ACM: Pode, mas todo inchaço não dura. E o inchaço, já vimos em outros partidos, em outros tempos perdeu eleição também. O que não é verdadeiro não funciona. O PSDB tem o presidente da República no poder, mas o presidente da República não pode governar apenas com o PSDB. Ele tem aliados, aliados desde a primeira hora da eleição, que contribuíram numericamente com mais votos do que o PSDB. Ele não pode abdicar nunca do seu partido, como também não pode governar sem as alianças confiáveis. É isso que eu acho que ele pretende fazer porque tem consciência.

• Como o senhor definiria a sua relação política com Fernando Henrique Cardoso: um aliado incondicional ou um aliado crítico? Essa relação chega a ter algumas nuances?

ACM: Se eu disser que sou um aliado incondicional, estaria perdendo o meu direito de livre cidadão, o meu direito de líder político que tem suas idéias. Não há in-

"O PSDB tem o presidente da República, mas o presidente não pode governar apenas com o PSDB. Ele não pode abdicar do seu partido, como também não pode governar sem alianças confiáveis"

ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

condicionalidade com o presidente Fernando Henrique, como acredito que ele também não seja incondicional de ninguém. Somos aliados, ele com a força que tem, maior do que todos nós, mas sabemos, também, que somos os aliados, além de confiáveis, de que ele necessita para bem governar o país.

• O senhor não receia que, com essa perspectiva de seis anos no poder, o presidente possa se transformar numa pessoa excessivamente forte e isso talvez possa prejudicar a relação dele com o Legislativo ou com seus próprios aliados?

ACM: Ele ficar forte é bom para o país, na medida em que ele pode resolver os nossos problemas internos e externos. Agora, entre ele ficar forte e eu ter dúvidas sobre o caráter do presidente, quero dizer que não tenho dúvida sobre o caráter do presidente.

• O senhor, para se eleger presidente do Senado, fez alianças com pessoas que antes eram adversários; outras em relação às quais tinha restrição, como com o ex-prefeito Paulo Maluf. Quem mudou, o senhor ou Maluf?

ACM: Olha, mudou o Brasil. Em

ra o Brasil seria bom. De modo que, se ele chegar bem até a eleição, é porque o país também estará bem. E aí ele será um candidato fortíssimo. Espero que isso aconteça

• Existe no Senado uma certa preocupação em relação ao seu estilo. As pessoas atribuem ao senhor um certo comportamento autoritário ou, para usar uma palavra até mais forte, uma certa truculência. O senhor está reconhecendo que mudou, mas ainda não se livrou desses conceitos fortes sobre o seu comportamento. O senhor se considera autoritário ou truculento?

ACM: Não sou truculento. Não sou autoritário, sou um homem que sofre as emoções que todo cidadão que é bom sofre. Tenho realmente um estilo próprio de que os baianos gostaram e me deram o respaldo para que eu continuasse por muito tempo na vida pública. Esse estilo ajudou a minha terra, a Bahia, e não prejudicou de modo algum o país. Esse estilo sempre se baseou na defesa do interesse público, esse estilo sempre se baseou na defesa das coisas dignas e sérias. Quando me irrita, a minha irritação é sempre contra o mal.

• O senhor, nesses anos todos de vida pública, tem algum tipo de arrependimento por algo que fez ou deixou de fazer?

ACM: Até aqui eu tenho pouco do que me arrepender, salvo quando vejo acontecerem algumas coisas em relação ao presidente Fernando Collor, pois na época tive a obrigação, a coerência de lhe dar

apoio porque ele modificou o Ministério, ficou com um Ministério decente, por meio de influências importantes, principalmente a minha. Então, senti-me obrigado, quando isso foi discutido, a lhe dar apoio. Mas, quando vejo aqui e ali aparecerem fatos que desabonam a conduta moral do ex-presidente, fico preocupado e me questiono em relação à minha atitude no passado.

• O senhor questiona o apoio dado a ele? É isso?

ACM: Eu examino se fiz certo na coerência ou não. Eu examino a minha atitude e encontro prós e contras quando, na ocasião, não encontrei nada disso.

• Seu sonho é ver seu filho Luís Eduardo presidente da República. Hoje, ele é a principal estrela do PFL, mas o que fazer com uma outra estrela ascendente, o ex-prefeito César Maia? Ele está deixando de ser uma liderança local e ameaça crescer politicamente.

ACM: Eu fico muito feliz com o crescimento do ex-prefeito César Maia, que se mostrou um administrador capaz, teve um grande êxito político-eleitoral no Rio de Janeiro, é uma estrela do nosso partido. Mas nada disso impede o caminho ou impedirá o caminho de Luís Eduardo, que é um dos mais notáveis políticos do Brasil da sua geração. Acho que não se deve nunca fazer competições desse tipo, sobretudo fora de hora. Temos de unir as pessoas que trabalham como eles. Há muitos que trabalham como eles dentro de um projeto de fazer um Brasil cada vez maior. ■

Gustavo Miranda